



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2026-PMC
(Processo Administrativo Nº 008/2026-FMS)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO EM AÇÕES DO 'PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA' NAS REDES DE ENSINO MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, PARA ATENDER A NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço por Item

MODO DE DESPUTA: Aberto

Exige Amostra/Dem.:sim

FONTE: LOA 2026

PROGRAMA DE TRABALHO: LOA 2026

ELEMENTO DE DESPESA: LOA 2026

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 03 dias úteis da abertura do certame, exclusivamente por meio eletrônico no endereço:

[www.ttps://licitanet.com.br](http://licitanet.com.br).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: exclusivamente por meio eletrônico no endereço:

[www. https://licitanet.com.br](https://licitanet.com.br).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:

[www. licitanet.com.br](http://licitanet.com.br).



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026-FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público, para conhecimento dos interessados que O MUNICÍPIO DE CURUÇÁ PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE CURUÇÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 11.674.805/0001-37 sediado na Praça Coronel Horacio,S/N-Curuça-Pa.cep:68750-000, no estado do Pará,, levam ao conhecimento dos interessados que, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na **forma eletrônica**, para REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2026FMC, na forma da **Lei n.º 14.133/2021, Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023,E Decreto Municipal n. 128A** de 11 de Março de 2023 e suas alterações e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 19/03/2026

Horário: 09:00h

Local [www. https://licitanet.com.br](https://licitanet.com.br)

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO EM AÇÕES DO 'PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA' NAS REDES DE ENSINO MUNICIPAL E UNIDADES BASICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, PARA ATENDER A NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.1. A licitação será dividida em KITS, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma portal de compras públicas e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas
- 1.3. A licitação será dividida em KITS, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse
- 1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço do KIT, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. O órgão gerenciador será FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no [www. licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no "Portal " poderá ser iniciado no Portal de Compras no sítio [www. https://licitanet.com.br](http://www.https://licitanet.com.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

- 3.5. decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.7. O Pregão será conduzido pelo Agente de Contratação do Município de Curuçá-PA, com apoio técnico e operacional do Portal de Licitanet, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1 Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, dentre outras constantes deste Edital e seus Anexos, mediante a apresentação dos documentos pertinentes e perante o sistema eletrônico provido pela plataforma **Licitanet**, por meio do site: <https://www.licitanet.com.br>.
- 4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.3.2 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.3.4 Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.3.5 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.3.6 Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
 - 4.3.7 Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto compatível deste certame;
 - 4.3.8 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - 4.3.9 empresário que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação
- 4.4 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital;
- 4.5 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas;
- 4.6 O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante;
- 4.7 **Garantia De Participação**
- 4.8 Como requisito de PRÉ-HABILITAÇÃO, será obrigatório, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para esta contratação, conforme Artigo 58 da Lei 14.133/2021.
 - 4.8.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a



forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

- 4.8.2 A Caução em dinheiro deverá ser feito através do depósito na conta: 406.667-7, agência :2272-1 Branco do Brasil .Prefeitura Municipal de Curuçá.
- 4.8.3 SEGURO-GARANTIA;
- 4.8.4 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil
- 4.8.5 Empresas que apresentem “Garantia por participação”, demonstrando possuir capital para licitar com esta Administração municipal.
- 4.8.6 Apolice validade de 120(cento e vinte dias).
- 4.8.7 A Empresa deverá apresentar o comprovante de quitação do pagamento de Garantia conforme modalidade escolhida junto com documentos de habilitação.
- 4.8.8 A apolice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/apolices/app/garantia>
- 4.8.9 Não serão aceitas garantias com percentual abaixo do valor estimado, o não atendimento desta exigência, resultará na desclassificação sumária neste certame.
- 4.9 Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1.O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.6.1. Valor unitário;
 - 5.6.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item;
 - 5.6.3. Marca;
 - 5.6.4. Fabricante;
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9. A licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher em campo próprio do sistema eletrônico as Declarações *online*, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico.
- 5.10. Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.



ESTADO DO PARÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

- 5.11. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 5.12. Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 5.13. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 5.14. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas,
- 5.15. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- 5.16. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e que o valor total de contratos celebrados com a Administração Pública não extrapola o limite para enquadramento como empresa de pequeno porte, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 5.17. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.
- 5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico;
- 5.19. Encaminhar a proposta juntamente com os documentos de habilitação, em papael timbrado com descrição do objeto ofertado e preço, em papael timbrado assinado, deverá conter número de processo, nome do município licitante, conter marca (quando for o caso aplicável para aquisição de bens de consumo e equipamentos permanentes), deverá conter prazo de entrega, prazo de validade da proposta, dados bancários, inclusive os custos conforme item 5.8 deste edital.
- 5.20. A proposta não poder ultrapassar o valor o estimado pela administração sob pena de desclassificação.
- 5.21. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa dias) dias, a contada data de sua apresentação, decorrência do disposto no art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei nº 14.133, de 2021, contudo, a Lei de Licitações não fixou esse prazo, a Administração deverá fixar o prazo de acordo com as peculiaridades da licitação.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES/MODO DE DISPUTA

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará as propostas apresentadas, **desclassificando desde logo** aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2. O(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo: **MENOR PREÇO por ITEM**.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 6.4. O sistema disponibilizará campo **ESTADO DO LANCE** para troca de mensagem entre o AGENTE DE CONTRATAÇÃO e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. Para efeito da disputa na Sessão de Lances, os preços deverão ser cotados com o ICMS, taxas, impostos, fretes e outras despesas, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Órgão Gerenciador/Participantes.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021
- 6.10. **O modo de disputa adotado para este certame é o aberto**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, observando as regras de classificação inicial das propostas e as demais pertinentes constantes neste edital.
- 6.11. A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública **durará dez minutos, prorrogáveis por igual tempo caso haja lance ofertado nos últimos dois minutos**.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante
- 6.14. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 1,00 (**um real**) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta
- 6.15. No caso de **desconexão com o AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízos dos atos realizados.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta
- 6.18. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar –se o disposto nps arts.44 e 45 da lc nº123 ede 2006, regulamentada pelo Decreto N°8538 DE 2005.
- 6.19. Nessas condições, as propostas de **microempresas e empresas de pequeno porte** que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20. Melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta
- 6.21. para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5



(cinco) minutos controlados pelo sistema, após a comunicação automática para tanto.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

- 6.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.23. Caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.26. Ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.
- 6.26.1. **A negociação** será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará as proposta quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Para a aceitação da Proposta será solicitado para que no prazo de 02 (duas) horas, seja apresentada proposta de preços ajustada ao último lance ofertado, redigida em língua portuguesa, enviada em formato PDF/A, assinada com assinatura digital padrão ICP-BRASIL da licitante ou de seu representante legal, em papel timbrado que identifique o licitante em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas e contendo as informações:
- 7.3. a) Razão Social da empresa;
- 7.4. b) CNPJ (número);
- 7.5. c) Número de contato telefônico e eletrônico;
- 7.6. d) Endereço comercial;
- 7.7. e) Banco, agência e número da conta corrente;
- 7.8. f) Valor unitário, total e global, ou desconto, quando for o caso;
- 7.9. g) Descrição completa e especificações do objeto (itens, quantidades, informações complementares) observada a quantidade fixada na Planilha Orçamentária para cada item;
- 7.10. h) Marca;
- 7.11. i) Modelo/Fabricante;
- 7.12. j) Prazo de validade da proposta;
- 7.13. k) Prazo de pagamento;
- 7.14. l) Prazo de entrega;
- 7.15. m) Indicação e dados completos do responsável;
- 7.16. Apresentar junto com a proposta consolidada as seguintes declarações:



- Apresentar junto com a proposta consolidada, sob pena de desclassificação independente do valor final registrado, composição de preços unitários para cada item arrematado, em moeda corrente do país em algarismo, com 02 (duas) casas decimais e por extenso.
- Declaração de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto
- Declaração de que nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório
- Declaração se responsabilizando pelo cumprimento de todos os prazos e condições de fornecimento e entrega previstas neste Edital e anexos, sobretudo conforme disposições e condições do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital, sob pena de sofrer a aplicação de sanções desta Administração na forma da Lei
- Declaração da licitante de que os materiais e serviços são de qualidade, primeira linha, originais, em estrita conformidade às especificações técnicas do Termo de Referência;
- Declaração da licitante de que se manterá durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação
- Declaração ou Certidão Nada Consta, emitida pelo Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Para ou do estado de competência da Licitante.

7.17. O **Agente de Contratação** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

7.18. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

7.19. *Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível ou manifestamente inexecutável.*

7.20. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.21. Para o(s) item(ns) cujos valores finais ultrapassarem 50% do valor estimado após a fase de disputa, será exigido das proponentes a comprovação de exequibilidade dos mesmos, afim de comprovar de que poderão executar o valor registrado, através da apresentação de notas fiscais ou de cotação de preços.no prazo de 02(duas) horas, a partir da solicitação.



7.22. A comprovação de legitimidade de ~~ESTADO DO PARÁ~~ ~~FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ~~ item anterior, refere-se cotações devidamente assinadas digitalmente, com assinatura digital assinadas pelo emissor, de maneira que seja possível checar digitalmente a raiz de sua autenticidade e evitar burla dos referidos documentos.

7.23. O agente contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.23.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando *o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade*, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

7.23.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

7.24. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.25. Havendo necessidade, o agente de contratação **suspenderá a sessão**, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.26. O não envio da proposta atualizada e demais documentos no prazo e forma/requisitos estipulados, ou o descumprimento de eventuais diligências determinadas pelo Pregoeiro, ou o abandono do certame acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra a Licitante.

7.27. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

8. DA AMOSTRA

8.1 Após o encerramento da fase de lances e negociação direta com a(s) licitante(s), a(s) empresa(s) classificada(s) provisoriamente em 01 (primeiro) lugar, deverá(ão) entregar em até **03 (três) dias úteis**, 01 (uma) amostra para cada item arrematado.

8.2 Todas as amostras deverão conter etiqueta de identificação informando o número e objeto deste certame, e ainda os dados da proponente.

8.3 As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Trabalho, Promoção e Assistência Social, sediada na Rua Duque de Caxias, 10 – Centro – Curuçá – Estado do Pará – CEP 68.750-000, mediante recibo expedido pela própria empresa reproduzido em papel timbrado da proponente em 02 (duas) vias.

8.4 As amostras apresentadas pelas licitantes serão submetidas a uma avaliação pelo fiscal técnico, que emitirá um parecer técnico fundamentando as razões de aprovação ou reprovação das amostras.

8.5 As amostras apresentadas poderão ser abertas e manuseadas, sendo devolvidas à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica.

Qualidade dos itens que será pautará nas informações contidas abaixo:

8.6 As amostras serão avaliadas, tendo os seguintes critérios:

- Atendimento ao solicitado no edital.
- Análise de marca/modelo: será verificado se a amostra apresentada corresponde à marca/modelo apresentado na proposta e se corresponde ao respectivo modelo registrado.



- Análise das características construtivas: ~~Essa etapa será~~ **ESTADO DO PARÁ** serão verificadas principalmente as características de cada produto descritas nas especificações técnicas dos produtos presentes no Edital. Também serão verificados possíveis defeitos de fabricação ou problemas de qualidade que possam vir a comprometer a segurança e o bom funcionamento dos produtos.

As amostras apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s) e aprovada(s) pelo fiscal técnico não serão, em hipótese alguma, considerada como início de entrega do produto ofertado.

8.7 . Em função do Parecer Técnico emitido pelo Fiscal, será comunicado via chat, pelo(a) pregoeiro(a), com a decisão de classificação ou desclassificação da(s) licitante(s), contendo relatório fotográfico para o conhecimento de todos.

8.8 . A não apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como se a amostra apresentada estiver em desconformidade com o objeto proposto, ocasionará a desclassificação do licitante, sendo convocados, por ordem de classificação, os licitantes remanescentes, tendo igual número de dias para apresentação de amostra.

8.9 . Além da desclassificação pelos motivos descritos, poderão ainda ser aplicadas as sanções previstas no capítulo “DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES” da Lei Federal 14.133/2021.

8.10 Ressalta-se que assim como o primeiro colocado, os demais licitantes classificados, quando convocados para apresentação de amostras, caso o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar tenha sua participação encerrada, também estarão sujeitos à aplicação de penalidades por não apresentação de amostra, bem como no caso de entregar amostra em desacordo com o produto cotado.

8.11 A remessa ou retirada das amostras é de responsabilidade da licitante, não cabendo qualquer ônus a Secretaria Municipal de Saúde de Curuçá.

8.12 A retirada das amostras após avaliação técnica deverá ser feita da seguinte forma:

- **Amostras de propriedade da licitante vencedora:** serão retidas para a confrontação com o produto no ato da entrega. Após o término do prazo de execução do contrato a respectiva amostra poderá ser retirada, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias

- **Amostras reprovadas:** poderão ser retiradas a partir da comunicação expressa da Comissão de Recebimento, tendo o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.13 Transcorrido os períodos citados acima, contados a partir do direito de retirada, as amostras não resgatadas, serão consideradas propriedade da Secretaria Municipal Saúde de Curuçá.

9. HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, deverá encaminhar comprovante e/ou certidão, para que se verifique eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2 SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



ESTADO DO PARÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

- 9.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 9.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU; (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.5 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- 9.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.7 Constatada a existência de sanção, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.8 Os fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverão encaminhar sua declaração, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico- financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 9.9 Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 9.10 Os licitantes que estiverem ou não cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores
- SICAF, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema a documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.
- 9.11 Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, e as licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Cadastro do portal Compras Públicas, deverão apresentar documentos, conforme o a Lei 14.133/2021 que supram tais exigências a habilitação das licitantes e será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos

10. Habilitação jurídica: Art.66 da Lei 14.133/2021

- 10.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.4 licitante Microempreendedor Individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br.
- 10.5 Cédula de Identidade e Comprovante de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Físicas (CPF) emitido pelo site da Receita Federal do Brasil do(s) sócio(s).



10.6 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020

10.8 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, coma ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11. Regularidade fiscal e trabalhista: Art.68 da Lei 14.133/2021

11.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

11.4 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

11.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); **devidamente válida**, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

11.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011);

11.7 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12. Qualificação Econômico-Financeira -(Art.69 da Lei 14.133/2021

12.1.1 certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

12.1.2 Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.

12.1.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;-inciso I.

12.1.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped .

12.1.5 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício: Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices



solicitados neste item; A legislação comercial para seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.

12.1.6 Nota explicativa: A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço.

12.1.7 Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações

12.1.8 DMPL ou DLPA: Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

12.1.9 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

12.1.10 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.1.11 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.1.12 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação;

12.1.13 Declaração do profissional habilitado na área contábil : § 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

12.1.14 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados

13. Da Qualificação Técnica: Art.67 da Lei 14.133/2021)

13.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e/ou serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato/notas fiscais que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14 -Orientações gerais sobre a habilitação

14.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64):



ESTADO DO PARÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, via diligência, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas sob pena de inabilitação

14.2 Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da licitante, se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.2 As declarações exigidas neste edital, que não forem solicitadas em campo próprio para seleção/marcação no sistema, deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação

14.3 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.4 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6 Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período

14.7 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização

14.8 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

14.9 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados concomitantemente com a proposta, conforme dispõe deste Edital, no original, ou por meio de cópia autenticada, ou, ainda, por meio da publicação em órgão da imprensa oficial.

14.10 Constatado o atendimento pleno às exigências de habilitação fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1 O Agente de Contratação declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização

fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



ESTADO DO PARÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

15.2 Havendo quem se manifestar, caberá ao agente de contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1 Nesse momento o agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15.5 Julgado o(s) recurso(s), a decisão constará exclusivamente no sistema eletrônico, no site www.licitanet.com.br.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1- Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17. Homologado o resultado da licitação, o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua(s) convocação(ões), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair(em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1 Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4 O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses, a partir de sua data e assinaturas prorrogável nos termos da legislação Vigente, em especial, ao que determina o art. 84 lei 14.133/21, do Decreto Federal nº 11.462/2023.

17.5 Sem prejuízo do disposto no Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços referente a aquisições de bens será formalizada e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste Ato Convocatório.



ESTADO DO PARÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

17.6 existência de preços registrados implicará em compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. Conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23

18. DO TERMO DE CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO

18.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.2.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.2.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

18.2.3 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato ou outro instrumento, anexo a este Edital.

18.2.4 14.6 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

18.2.5 14.7 O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

18.2.6 14.7 Será estabelecido no contrato administrativo o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à prorrogação da vigência.

19. DA DOTAÇÃO E DO RECURSO

19.1 As despesas decorrentes da aquisição e contratação do serviço correrão à conta dos recursos orçamentários afetos ao Órgão Gerenciador, Órgãos Participantes e aos Órgãos Não Participantes, no que couber.

20. DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos produtos/serviços fornecidos, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, de 4 de novembro de 2022.

20.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços/produtos efetivamente executados/entregues.

20.3 Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada impede o pagamento. Tal hipótese ensejará, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

20.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a

Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária



ESTADO DO PARÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

para pagamento.

20.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.7 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

20.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21. DAS INFRAÇÕES/ SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa:

- Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida
- as peculiaridades do caso concreto
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.2 A sanção de multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa;

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



- convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- fraudar a licitação,
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

21.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 ART.156 A 163.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. **A impugnação poderá ser realizada somente no sistema eletrônico.**

22.2 Caberá ao agente de contratação decidir sobre a impugnação no prazo de até contados da data de recebimento da impugnação.

22.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame. exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente De Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.6 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo agente de contratação serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no sistema eletrônico.

23. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23. 1 De acordo com o art. 31 do Decreto nº 11.462/2023, ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462.2023.

23.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, Conforme O Inciso I Do Art.32, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.4 As adesões à ata de registro de preços são sera obsevido as limitações conforme po art.32 inciso

II ,limitadas, na totalidade, ao do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o
Praça Coronel Horacio,S/N Curuçá-Pa,cep:750-



órgão gerenciador e órgãos participantes, estabelecendo o número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem. **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ**

23.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

23.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Ao Prefeito do Município de Curuçá compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

24.2 É facultado à autoridade superior ou o agente de contratação, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação

24.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

24.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, afinalidade e a segurança da contratação.

24.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, <https://curuca.pa.gov.br/diario-oficial>, www.tcm.pa.gov.br/portal-lic-publico Mural de licitações do TCM/PA), e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Nos dias úteis, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.10 Anexo 1 – DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

24.11 ANEXO 2- ETP-STUDOS TECNICOS PRELIMINAR E ANALISE DE RISCO

24.12 ANEXO 3-TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA;

24.14 ANEXO 4 – MINUTA DO CONTRATO.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ

Curuçá/PA, 09 de Março de 2026.

CESAR DE
CAMPOS FERREIRA
SARMANHO:57246
041249

Assinado de forma digital
por CESAR DE CAMPOS
FERREIRA
SARMANHO:57246041249
Dados: 2026.03.09 09:35:55
-03'00'

César de Campos Ferreira Sarmanho
Secretario municipal de saúde

SUZANA
BORTOLI
RODRIGUES:4
556

Assinado de
forma digital por
SUZANA BORTOLI
RODRIGUES:4556
556

Suzana Bortoli Rodrigues
Agente de contratação
Portaria nº051/



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO EM AÇÕES DO 'PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA' NAS REDES DE ENSINO MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, PARA ATENDER A NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme **Decreto Municipal nº 128-A/ de 14 de dezembro de 2023** e conforme artigo 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.3. Os itens a serem adquiridos têm suas especificações, unidades, quantidades estimadas no escopo da tabela contida no item 2 deste instrumento.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.1 O quantitativo estimado para a aquisição de kits de higiene bucal foi definido com base na necessidade de atendimento às ações do **Programa Saúde na Escola (PSE)**, desenvolvidas junto à **rede municipal de ensino**, bem como às atividades de promoção e prevenção em saúde bucal realizadas nas **ESCOLAS E COMUNIDADE** do Município de Curuçá, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Para a estimativa do quantitativo, foram considerados os seguintes critérios técnicos:

- Número de **alunos matriculados na rede municipal de ensino**, contemplados pelas ações do PSE;
- Demanda dos **usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde**, especialmente crianças e adolescentes;
- Atuação das **equipes de saúde bucal da Atenção Primária**, que realizam ações coletivas e educativas;
- Periodicidade das ações preventivas ao longo do exercício;
- Necessidade de **reposição de kits** durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- Margem de segurança para cobertura de novas demandas, evitando desabastecimento.

2.2 Considerando, de forma estimativa, um universo aproximado de 8.000 mil **alunos da rede municipal de ensino**, aliado à demanda média mensal das **Unidades Básicas de Saúde**, e prevendo a distribuição de **01 (um) kit de higiene bucal por beneficiário**, acrescida de um percentual de reserva técnica para reposição e ampliação das ações, chegou-se ao quantitativo global estimado necessário para atender adequadamente as ações planejadas durante o período de vigência da ata.

Ressalta-se que a utilização do **Sistema de Registro de Preços** possibilita à Administração Pública adquirir os kits de forma parcelada e conforme a real necessidade, garantindo maior controle, economicidade, eficiência na aplicação dos recursos públicos e evitando aquisições excessivas ou insuficientes.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

Dessa forma, o quantitativo estimado mostra-se compatível com a demanda prevista, assegurando a continuidade das ações do Programa Saúde na Escola e o fortalecimento das políticas públicas de saúde bucal no Município de Curuçá.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	UNT	R\$ TOTAL
1	ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, POLIDAS E ARREDONDADAS, DESIGN ERGONÔMICO E MODERNO, DE NO MÍNIMO 10 CM DE COMPRIMENTO	UND	01	R\$16,58	R\$16,58
2	GEL DENTAL SEM FLUOR ANTICÁRIE, NO MÍNIMO 70 G	UND	01	R\$16,13	R\$16,13
3	ESTOJO EM PVC PERSONALIZADO (14,cm x7,0 cm)	UND	01	R\$18,88	R\$18,88
4	FIO DENTAL DE 25 MM COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25 METROS.	UND	01	R\$11,56	R\$11,56
5	ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COMPRIMENTO MÍNIMO 150MM CM CABEÇA PEQUENA COM LARGURA MÁXIMA DE 16MM	UND	01	R\$21,66	R\$21,66
6	ENXAGUANTE BOCAL 60ML SEM ALCOOL	UND	01	R\$13,94	R\$13,94
7	CREME DENTAL FLURETA NO MÍNIMO 70 G CONCENTRAÇÃO DE FLUOR ENTRE 1.000 ppmfe e 1.500PPMF	UND	01	R\$11,36	R\$11,36
					R\$ 110,11

KITS FORMADOS POR :

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTIL (0-02) ANOS FORMADO POR : ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, POLIDAS E ARREDONDADAS, DESIGN ERGONÔMICO E MODERNO, DE NO MÍNIMO 10 CM DE COMPRIMENTO, GEL DENTAL SEM FLUOR ANTICÁRIE, ESTOJO EM PVC(14,cm x7,0 cm) PERSONALIZADO COM ALOGOMARCA DO MUNICIPIO , IMPERMEAVEL ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. OBS: OS KITS DEVEM VIR MOTADOS	3.000	KIT	R\$ 51,59	R\$ 154.770,00
02	KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTIL 3+ FORMADO POR: ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, POLIDAS E ARREDONDADAS, DESIGN ERGONÔMICO E MODERNO, DE NO MÍNIMO 10 CM DE COMPRIMENTO, ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. CREME DENTAL DE NO MÍNIMO 70 G. FIO DENTAL DE 25 MM COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25 METROS. ESTOJO EM PVC (14,cm x7,0 cm) PERSONALIZADO COM ALOGOMARCA DO MUNICIPIO, IMPERMEAVEL	3.000	kit	R\$ 58,38	R\$ 175.140,00



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

	ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. OBS: OS KITS DEVEM VIR MOTADOS				
03	KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTO JUVENIL FORMADO POR: ESCOVA DENTAL DE CABO RETO , CERDAS DE NYLON MACIAS, COMPRIMENTO MÍNIMO 150MM CM CABEÇA PEQUENA COM LARGURA MÁXIMA DE 16MM, ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. CREME DENTAL FLURETA NO MÍNIMO 70 G CONCENTRAÇÃO DE FLUOR ENTRE 1.000 ppmfe e 1.500PPMF. FIO DENTAL DE 25 MM COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25 METROS. ENXAGUE BOCAL 60ML SEM ALCOOL , ESTOJO EM PVC (14,cm x7,0 cm) PERSONALIZADO COM ALOGOMARCA DO MUNICÍPIO, IMPERMEAVEL ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. OBS: OS KITS DEVEM VIR MOTADOS	6.000	kit	R\$77,40	R\$ 464.400,00

Valor global estimado: **R\$794.310,00(setecentos e noventa e quatro mil e trezentos e dez reais)**

Observação: O Kit já deverá ser adquirido montado contendo todos os itens acima.

1. Cerdas:

- Cerdas macias para evitar irritação gengival;

2. Material:

- Plástico livre de BPS e materiais recicláveis.
- Antibacterianos (se disponível) para reduzir a proliferação de bactérias

3. Ergonomia:

- Cabos de fácil manuseio, com design ergonômico para pacientes com mobilidade reduzida

4. Tamanho:

- Escovas de diferentes tamanhos (10% das escovas devem ser de tamanho infantil, para pacientes com dificuldade de abrir a boca ou possuírem alguma limitação)
- Opções compactas para pacientes em cuidados intensivos ou com dificuldade de movimentação.

5. Embalagens Individuais:

- Capa protetora para cerdas de escovas de dentes.

6. Certificações:

- Produtos com certificação de conformidade com normas de saúde e segurança (ex.: ANVISA no Brasil).

7. Armazenagem:

- Conservar em local seco e arejado, protegido de contaminantes e umidade

B. Creme Dental Fluoretado:

1. Creme dental fluoretado, destinado ao uso em pacientes de todas as idades, com propriedades de prevenção de cáries e promoção da saúde bucal.

2. Composição:

- **Flúor:** Concentração de 1000 a 1450 ppm (partes por milhão).
- **Agentes Abrasivos:** Baixa abrasividade, adequada para uso hospitalar.
- **Saborizantes:** Aceitáveis para pacientes, sem adição de açúcar.
- **Corantes:** Não tóxicos e aprovados por autoridades regulatórias.

3. Propriedades:



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- **Eficácia:** Comprovada na redução da incidência de cáries.
- **Ph:** Neutro ou levemente alcalino, para proteção do esmalte dental.
- **Compatibilidade:** Adequado para uso em pacientes com condições específicas, como xerostomia (boca seca).

4. Embalagem:

- **Formato:** Tubos de 90g, com vedação que previne contaminação.
- **Rótulo:** Informações claras sobre composição, modo de uso, validade e advertências

5. Armazenagem:

- Manter em local fresco e seco, protegido da luz direta.

C. Ficha Técnica para Enxaguante Bucal Antisséptico com Clorexidina 0,12%

1. Descrição do Produto:

- Enxaguante bucal antisséptico á base de clorexidina a 0,12% sem álcool, formulado para desinfecção da cavidade bucal, prevenção de infecções e controle da placa bacteriana.

2. Composição:

- **Clorexidina:** 0,12% (antisséptico).
- **Veículo:** Solução aquosa, sem álcool, com pH balanceado.
- **Saborizantes:** Sabor suave (opcional, preferencialmente menta).
- **Corante:** Não tóxicos e permitidos, se aplicável.

4. Apresentação:

- **Volume:** Frascos de 60ML.
- **Tipo de Fechamento:** Tampa dosadora, que evita contaminação e facilita o uso.

5. Validade:

- Mínimo de 24 meses a partir da data de entrega

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
--

3.1. A presente demanda tem como fundamentação a necessidade de a Administração manter incólumes seus serviços, em atenção à prevalência do interesse público, estando condizente com as diretrizes descritas no Estudo Técnico Preliminar, visando atender as necessidades rotineiras desta administração, tendo como base o Princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entendesse que a aquisição do objeto ora citado é imprescindível para manutenção das atividades diárias desenvolvidas pelas Secretarias Vinculadas a Prefeitura Municipal de Curuçá.

3.2. A presente contratação visa ao **Registro de Preços para a aquisição de kits de higiene bucal**, que **serão distribuídos nas escolas da rede municipal de ensino** e utilizados durante a realização de **ações educativas e preventivas desenvolvidas junto às comunidades**, no âmbito do **Programa Saúde na Escola (PSE)** e das atividades das **Unidades Básicas de Saúde** do Município de Curuçá.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- 3.3.** A distribuição dos kits nas unidades escolares tem como finalidade **estimular hábitos adequados de higiene bucal desde a infância**, reforçando práticas preventivas por meio de ações educativas realizadas por profissionais da saúde, em articulação com a comunidade escolar. Paralelamente, os kits também serão utilizados em **ações comunitárias**, campanhas de promoção da saúde e atendimentos coletivos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ampliando o alcance das políticas públicas de saúde bucal.
- 3.4.** Essas ações integradas nas escolas e nas comunidades fortalecem a **prevenção de doenças bucais**, contribuem para a **redução de agravos à saúde**, promovem a **educação em saúde** e garantem maior conscientização da população quanto à importância dos cuidados com a higiene bucal, atendendo às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos objetivos do Programa Saúde na Escola.
- 3.5.** A adoção do **Sistema de Registro de Preços** permanece como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, pois permite a aquisição dos kits conforme a demanda efetiva das ações realizadas, assegurando **economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.
- 3.6.** Dessa forma, a contratação mostra-se **necessária e de interesse público**, garantindo a execução adequada das ações de saúde bucal nas escolas e comunidades do Município de Curuçá, promovendo melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento das políticas públicas de saúde preventiva.

<p>4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.</p>
--

- 4.1** A solução proposta consiste na **aquisição de kits de higiene bucal**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, destinados à utilização em ações de promoção, prevenção e educação em saúde bucal no âmbito do **Programa Saúde na Escola (PSE)**, nas **escolas da rede municipal de ensino**, nas **Unidades Básicas de Saúde** e em **ações comunitárias** promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Curuçá.
- 4.2** O ciclo de vida do objeto inicia-se com a **fase de planejamento**, na qual são identificadas as necessidades da Administração, definidas as especificações técnicas dos kits, estimadas as quantidades e avaliadas as formas mais eficientes de contratação, observando os princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 4.3** Na fase de **aquisição**, a contratação será realizada mediante procedimento licitatório, com critérios objetivos de seleção, assegurando a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Os kits deverão atender às normas sanitárias vigentes, possuir qualidade adequada e estar em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.
- 4.4** A fase de **recebimento e armazenamento** compreende a entrega dos kits pelo fornecedor contratado, o recebimento provisório e definitivo, a conferência quantitativa e qualitativa dos



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

materiais e o armazenamento em local apropriado, garantindo a integridade, segurança e conservação dos produtos até sua distribuição.

- 4.5 Na etapa de **distribuição e utilização**, os kits serão destinados às escolas municipais, Unidades Básicas de Saúde e ações desenvolvidas junto às comunidades, sendo utilizados em atividades educativas, campanhas de prevenção e ações coletivas de saúde bucal, com acompanhamento e orientação de profissionais da área da saúde.
- 4.6 Quanto à **manutenção e reposição**, o Sistema de Registro de Preços possibilita a aquisição gradual e conforme a necessidade real das ações, evitando desperdícios, vencimentos de produtos e custos desnecessários, além de assegurar a continuidade das atividades ao longo do período de vigência da ata.
- 4.7 Por fim, o ciclo de vida do objeto encerra-se com a **avaliação dos resultados**, por meio do monitoramento das ações realizadas, do controle do uso dos kits distribuídos e da verificação dos benefícios gerados à população, contribuindo para a melhoria contínua das políticas públicas de saúde bucal e para o aperfeiçoamento das futuras contratações.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 5.1. será exigidas amostras para esta contratação.
- 5.2. todos os critérios de apresentação e aprovação das amostras serão definidos no edital;

6. SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Não será admitida a subcontratação deste objeto contratual

7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. será exigido a prestação de garantia no fornecimento da licitante na proposta, tendo em vista que o processo já estabelece os critérios de garantia, prazos e condições de entrega.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
--

8.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- 8.1.1. O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis a partir da emissão da ordem de fornecimento, que deverá ocorrer no horário de 08:00 às 14:00h, no prédio da Secretaria demandante, conforme endereço que constar na ordem de fornecimento;
- 8.1.2. Os materiais, deverão estar dentro da validade e aptos para o consumo independentemente do prazo de entrega.
- 8.1.3. a empresa deverá se responsabilizar pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos fornecidos.
- 8.1.4. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação vigente, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- 8.1.5. A embalagem de todos os produtos deverá conter o nome do fabricante, a data de fabricação e de validade, peso líquido, lote e registro do alimento no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou estadual quando se tratar de produto de origem animal.
- 8.1.6. As carnes deverão ser entregues em carro equipado com câmaras frigoríficas, preferencialmente, sendo que a temperatura do mesmo deverá ser de 4º a 6ºC, tolerando-se até 7º C no ato do recebimento. Em se tratando de fornecedores locais (Município de Santa Cruz), o mesmo poderá entregar o produto em questão,



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

em caixas térmicas que garantam a qualidade higiênico-sanitária do mesmo, que será atestada pela secretaria demandante.

9. DA GARANTIA E SUBSTITUIÇÃO

9.1. O prazo de validade dos produtos será de 75% do prazo validade de fábrica para cada item no momento da entrega.

9.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da notificação expedida pela secretaria demandante.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre a Secretaria demandante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. A Secretaria demandante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do(s) contrato(s) deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do(s) contrato(s), ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

11.2. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

11.2.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.2.3. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

11.2.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

11.2.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- 11.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 11.2.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

11.3. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

11.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

11.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

11.4. DO GESTOR DO CONTRATO

11.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

11.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

11.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

11.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

11.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

11.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

11.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

12.1. RECEBIMENTO

12.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação

12.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2. LIQUIDAÇÃO

12.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

12.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

12.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.3. PRAZO DE PAGAMENTO



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

12.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

12.4. FORMA DE PAGAMENTO

12.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

13.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.3. FORMA DE FORNECIMENTO:

13.3.1. O fornecimento do objeto será executado em forma parcelada.

13.3.2. Exigências de habilitação de acordo com os artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.3.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I) HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- e)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g)** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, acompanhado do Quadro de Sócios Administradores;
- b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h)** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- i)** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- j)** Poderão ser exigidos outros documentos pertinentes a esta contratação no edital.

III) QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA/ DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- b)** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- c)** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- d)** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- e)** os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f)** os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- g)** caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação.
- h)** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i)** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.
- j)** Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados. de
- l)** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e/ou serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

IV- DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a)** Alvará de Licença e Localização;

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA
--

- 14.1.** Cumprir com os prazos de fornecimentos determinados neste Termo de Referência.
- 14.2.** Responsabiliza-se, integralmente, pela entrega do objeto, conforme legislação vigente.
- 14.3.** Submeter-se à fiscalização através do setor competente, que acompanhará a entrega dos produtos, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas.
- 14.4.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal.
- 14.5.** Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários.
- 14.6.** Responder, perante os órgãos competentes, por todas as obrigações e encargos assumidos ou gerados, em razão do fornecimento.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- 14.7.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 14.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 14.9.** Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- 14.10.** Comunicar por e-mail qualquer alteração de produto, marca ou fabricante, ficando sujeito ao aceite do município;
- 14.11.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes os tributos e número da nota de empenho;
- 14.12.** Substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste documento, a contar da sua notificação, o objeto com vícios ou defeitos;
- 14.13.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

- 15.1.** Expedir as Autorizações de Fornecedor;
- 15.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO para a fiel execução do contrato;
- 15.3.** Exercer a fiscalização da execução do objeto através de servidores do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 15.4.** Notificar ao CONTRATADO, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção;
- 15.5.** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas nos produtos fornecidos.
- 15.6.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato;
- 15.7.** Rejeitar os produtos que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da CONTRATANTE e solicitar expressamente sua substituição;
- 15.8.** Informar à CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos produtos;
- 15.9.** Efetuar, no prazo previsto, o pagamento fornecimento executados, desde que a CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações e apresentado a nota fiscal e documentos de suporte na forma e prazo hábeis para realização de pagamento;
- 15.10.** Nomear Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 15.11.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Curuçá-pá, para o exercício de 2026, que correrá a conta do elemento orçamentário a ser indicado no momento da contratação.

Curuçá (Pa), 12 de Fevereiro de 2026.

CESAR DE
CAMPOS FERREIRA
SARMANHO:57246
041249

Assinado de forma digital
por CESAR DE CAMPOS
FERREIRA
SARMANHO:57246041249
Dados: 2026.02.12
09:45:54 -0300'

Secretaria Municipal de Saúde
Cesar de Campos Ferreira Sarmanho



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei Federal nº 14.133/2021

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente estudo técnico preliminar caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos, e tem como objetivo apresentar uma análise detalhada das necessidades específicas de aquisição dos kits higiene bucal para as ações da secretaria, de saúde junto à rede municipal de curuçá, conforme as demandas identificadas pelos profissionais e gestores responsáveis. Essa análise servirá como base para a elaboração de um plano de aquisição que atenda de forma eficaz e eficiente às demandas de cada secretaria, considerando as características e peculiaridades de cada uma delas.

2. OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO EM AÇÕES DO 'PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA' NAS REDES DE ENSINO MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, PARA ATENDER A NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- 2.1. Número do Processo Administrativo: **xx/2026**

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (Art. 18, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021).

- 3.1. Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar a aquisição de **KITS DE HIGIENE BUCAL**, uma vez que o município de Curuçá necessita-se de um novo processo licitatório para a celebração de novos contratos. Através de ATA de registro menor preço por item.
- 3.2. A presente contratação visa ao **Registro de Preços para a aquisição de kits de higiene bucal**, que **serão distribuídos nas escolas da rede municipal de ensino** e utilizados durante a realização de **ações educativas e preventivas desenvolvidas junto às comunidades**, no âmbito do **Programa Saúde na Escola (PSE)** e das atividades das **Unidades Básicas de Saúde** do Município de Curuçá.
- 3.3. A distribuição dos kits nas unidades escolares tem como finalidade **estimular hábitos adequados de higiene bucal desde a infância**, reforçando práticas preventivas por meio de ações educativas realizadas por profissionais da saúde, em articulação com a comunidade escolar. Paralelamente, os kits também serão utilizados em **ações comunitárias**, campanhas de promoção da saúde e atendimentos coletivos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ampliando o alcance das políticas públicas de saúde bucal.
- 3.4. Essas ações integradas nas escolas e nas comunidades fortalecem a **prevenção de doenças bucais**, contribuem para a **redução de agravos à saúde**, promovem a **educação em saúde** e garantem maior conscientização da população quanto à importância dos cuidados com a higiene bucal, atendendo às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos objetivos do Programa Saúde na Escola.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- 3.5. A adoção do **Sistema de Registro de Preços** permanece como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, pois permite a aquisição dos kits conforme a demanda efetiva das ações realizadas, assegurando **economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.
- 3.6. Dessa forma, a contratação mostra-se **necessária e de interesse público**, garantindo a execução adequada das ações de saúde bucal nas escolas e comunidades do Município de Curuçá, promovendo melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento das políticas públicas de saúde preventiva.
- 3.7. necessário a instrução do presente feito, de modo a garantir o fornecimento dos produtos citados.

4. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA DEMANDANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Saúde	Cesar de Campos Ferreira Sarnanho

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – Lei Federal 14.133/2021, Art. 18, Inciso II.

5.1. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido concluído por esta Municipalidade.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

6.1. Os bens desta contratação enquadram-se na classificação de bens comuns, conforme inciso XXI, alínea a do art. 6º da Lei 14.133/21, os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características.

6.2. Requisitos Gerais

A empresa contratada deverá:

- a) Estar regularmente constituída e em situação fiscal, trabalhista e previdenciária regular, conforme exigências legais;
- b) Comprovar aptidão para fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da contratação;
- c) Garantir que os produtos fornecidos atendam às normas sanitárias vigentes, especialmente as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicáveis;
- d) Assegurar a qualidade, integridade e segurança dos produtos durante todo o prazo de validade;
- e) Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.3. Requisitos Específicos dos Produtos

Os kits de higiene bucal deverão conter, no mínimo:

- 01 (uma) escova dental infantil ou juvenil/adulto, conforme público-alvo, com cerdas macias, cabo anatômico e com registro na ANVISA;



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- 01 (um) creme dental com flúor, com concentração adequada à faixa etária, acondicionado em embalagem original, lacrada e com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data da entrega;
- 01 (um) fio dental, em embalagem individual lacrada;
- Embalagem individual (estojo, necessária ou embalagem plástica resistente e transparente) adequada ao armazenamento e manuseio do kit.

Os produtos deverão:

- a) Ser novos, de primeiro uso, não recondicionados e não remanufatura dos;
- b) Estar devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante;
- c) Possuir identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade;
- d) Atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos pela legislação sanitária vigente.

6.4. Requisitos de Sustentabilidade

Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, tais como:

- a) Utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis nas embalagens;
- b) Redução de volume de resíduos;
- c) Preferência por fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis.

6.5. Garantia e Responsabilidades

A contratada será responsável:

- a) Pela substituição de produtos com vícios, defeitos ou em desacordo com as especificações;
- b) Por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento inadequado;
- c) Pelo cumprimento integral das condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

7 . ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS TÉCNICOS DOS BENS:

- 7.1 Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.
- 7.2 Os bens demandam uma logística de média a alta complexidade no seu deslocamento, cujos custos de entrega até o local determinado pelo contratante.
- 7.3 **PADRONIZAÇÃO.** Não é recomendável divisão em cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006; e do Decreto 8.538, de 6/10/2015, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do **princípio da padronização**, descrito na alínea "a", inciso V do Art. 40 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que impõe a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho entre os itens, de maneira uniforme, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- 7.4 Poderá haver indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, alíneas a, b, c, ou d, da Lei nº 14.133/2021) A indicação de marcas e modelos para os materiais justifica-se para auxiliar a descrição do objeto a fim de tornar mais bem compreendida a identificação do bem, de forma a servir como referência, nos termos do Art. 41 da Lei 14.133/2021. Ademais, a indicação visa garantir a aquisição, pela Administração, de produtos com parâmetros mínimos de qualidade, reconhecidos pelo mercado, acreditados pelos órgãos de fiscalização, conforme a legislação brasileira.
- 7.5 Para participar do processo de fornecimento dos produtos necessários, os potenciais interessados devem demonstrar que operam em um ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e apresentar todos os documentos exigidos para a habilitação, conforme estabelecido nos arts. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.6 A Empresa contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão fornecidos, e ainda, deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
- 7.7 Deverá ser exigidas no edital que as proponentes apresentem garantia da proposta equivalente a 1% do valor orçado, como requisito de pré-habilitação. A garantia de proposta é uma forma de assegurar que os concorrentes cumpram as condições do edital, dentro das modalidades asseguradas contidas no artigo 58 da Lei 14.133/2021.
- 7.8 Deverão ser definidos no Termo de Referência, critérios objetivos para exigência de amostras, para garantir a qualidade dos produtos que serão adquiridos pela Administração Pública e que irão constitui procedimento altamente benéfico para a concretização de boas aquisições – sobretudo, quando o critério de avaliação é o menor preço, bem como a padronização pretendida
- 6.6. Além da documentação de Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômica e Financeira elencados nos Artigos 62 ao 70 da Lei Federal 14.133/2021, solicitamos a previsão das seguintes exigências de qualificação técnica ao futuro instrumento convocatório:
- 6.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que a empresa fornece ou forneceu, satisfatoriamente, objetos compatíveis com objeto solicitado (mínimo de 01 (um) atestado).

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES - Art. 18, Inciso IV, Lei Federal 14.133/2021

7.1 O quantitativo estimado para a aquisição de kits de higiene bucal foi definido com base na necessidade de atendimento às ações do **Programa Saúde na Escola (PSE)**, desenvolvidas junto à **rede municipal de ensino**, bem como às atividades de promoção e prevenção em saúde bucal realizadas nas **ESCOLAS E COMUNIDADE** do Município de Curuçá, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Para a estimativa do quantitativo, foram considerados os seguintes critérios técnicos:

- Número de **alunos matriculados na rede municipal de ensino**, contemplados pelas ações do PSE;
- Demanda dos **usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde**, especialmente crianças e adolescentes;
- Atuação das **equipes de saúde bucal da Atenção Primária**, que realizam ações coletivas e educativas;
- Periodicidade das ações preventivas ao longo do exercício;
- Necessidade de **reposição de kits** durante a vigência da Ata de Registro de Preços;



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- Margem de segurança para cobertura de novas demandas, evitando desabastecimento.

7.2 Considerando, de forma estimativa, um universo aproximado de 8.000 mil **alunos da rede municipal de ensino**, aliado à demanda média mensal das **Unidades Básicas de Saúde**, e prevendo a distribuição de **01 (um) kit de higiene bucal por beneficiário**, acrescida de um percentual de reserva técnica para reposição e ampliação das ações, chegou-se ao quantitativo global estimado necessário para atender adequadamente as ações planejadas durante o período de vigência da ata.

7.3 Ressalta-se que a utilização do **Sistema de Registro de Preços** possibilita à Administração Pública adquirir os kits de forma parcelada e conforme a real necessidade, garantindo maior controle, economicidade, eficiência na aplicação dos recursos públicos e evitando aquisições excessivas ou insuficientes.

7.4 Dessa maneira, o objetivo primordial é garantir que o objeto da aquisição atenda precisamente às especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo, assegurando que os recursos públicos sejam alocados de maneira eficaz e responsável, em conformidade com as necessidades e exigências do município, conforme tabelas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	UNT	R\$ TOTAL
1	ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, POLIDAS E ARREDONDADAS, DESIGN ERGONÔMICO E MODERNO, DE NO MÍNIMO 10 CM DE COMPRIMENTO	UND	01	R\$16,58	R\$16,58
2	GEL DENTAL SEM FLUOR ANTICÁRIE, NO MÍNIMO 70 G	UND	01	R\$16,13	R\$16,13
3	ESTOJO EM PVC PERSONALIZADO (14,cm x7,0 cm)	UND	01	R\$18,88	R\$18,88
4	FIO DENTAL DE 25 MM COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25 METROS.	UND	01	R\$11,56	R\$11,56
5	ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COMPRIMENTO MÍNIMO 150MM CM CABEÇA PEQUENA COM LARGURA MÁXIMA DE 16MM	UND	01	R\$21,66	R\$21,66
6	ENXAGUANTE BOCAL 60ML SEM ALCOOL	UND	01	R\$13,94	R\$13,94
7	CREME DENTAL FLURETA NO MÍNIMO 70 G CONCENTRAÇÃO DE FLUOR ENTRE 1.000 ppmfe e 1.500PPMF	UND	01	R\$11,36	R\$11,36
					R\$ 110,11

KITS FORMADOS POR :

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTIL (0-02) ANOS FORMADO POR : ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERDAS DE NYLON MACIAS, POLIDAS E ARREDONDADAS, DESIGN ERGONÔMICO E MODERNO, DE NO MÍNIMO 10 CM DE COMPRIMENTO, GEL DENTAL SEM FLUOR ANTICÁRIE, ESTOJO EM PVC(14,cm x7,0 cm) PERSONALIZADO COM ALOGOMARCA DO MUNICÍPIO , IMPERMEAVEL ACONDICIONA EM	3.000	KIT	R\$ 51,59	R\$ 154.770,00



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

	EMBALAGEM PLÁSTICA. OBS: OS KITS DEVEM VIR MOTADOS				
02	KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTIL 3+ FORMADO POR: ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERCAS DE NYLON MACIAS, POLIDAS E ARREDONDADAS, DESIGN ERGONÔMICO E MODERNO, DE NO MÍNIMO 10 CM DE COMPRIMENTO, ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. CREME DENTAL DE NO MÍNIMO 70 G. FIO DENTAL DE 25 MM COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25 METROS. ESTOJO EM PVC (14,cm x7,0 cm) PERSONALIZADO COM ALOGOMARCA DO MUNICÍPIO, IMPERMEÁVEL ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. OBS: OS KITS DEVEM VIR MOTADOS	3.000	kit	R\$ 58,38	R\$ 175.140,00
03	KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTO JUVENIL FORMADO POR: ESCOVA DENTAL DE CABO RETO, CERCAS DE NYLON MACIAS, COMPRIMENTO MÍNIMO 150MM CM CABEÇA PEQUENA COM LARGURA MÁXIMA DE 16MM, ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. CREME DENTAL FLURETA NO MÍNIMO 70 G CONCENTRAÇÃO DE FLUOR ENTRE 1.000 ppmf e 1.500PPMF. FIO DENTAL DE 25 MM COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 25 METROS.ENXAGUE BOCAL 60ML SEM ALCOOL, ESTOJO EM PVC (14,cm x7,0 cm) PERSONALIZADO COM ALOGOMARCA DO MUNICÍPIO, IMPERMEÁVEL ACONDICIONA EM EMBALAGEM PLÁSTICA. OBS: OS KITS DEVEM VIR MOTADOS	6.000	kit	R\$77,40	R\$ 464.400,00

Valor global estimado: **R\$794.310,00(setecentos e noventa e quatro mil e trezentos e dez reais)**

Observação: O Kit já deverá ser adquirido montado contendo todos os itens acima.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO - inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

- 8.1.** O levantamento de mercado revelou que a utilização do sistema de registro de preços para aquisição de kits de higiene bucal é uma prática amplamente adotada por diversos órgãos e entidades. Por meio de Pregão Eletrônico – Registro de Preços – Maior Percentual de Desconto ou Menor Preço, busca-se suprir as demandas de todas as Secretarias, Departamentos e Fundos Municipais que integram a administração Municipal, garantindo eficiência e economia nos processos de compra.
- 8.2.** Há, no mercado, diversos fornecedores que trabalham com os materiais que serão licitados, desde fabricantes, distribuidores e comerciantes, não havendo, portanto, restrições de mercado.
- 8.3.** Durante a pesquisa realizada em diferentes sites de Pregão Eletrônico, foram identificadas diversas contratações nos moldes pretendidos. No entanto, não se observou, nas contratações similares analisadas, a presença de novas metodologias, tecnologias ou inovações que superassem as soluções propostas. Isso reforça a adequação e eficácia do método proposto para atender às necessidades da administração municipal.
- 8.4.** As exigências estabelecidas para a contratação do objeto não se mostraram restritivas, tampouco diminuíram o interesse de potenciais fornecedores em participar do futuro processo licitatório. Essa constatação evidencia a viabilidade e o interesse do mercado em colaborar com a administração pública, garantindo uma concorrência saudável e a obtenção das melhores condições para a realização do contrato.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

- 8.5. Logo, a aquisição de gêneros alimentícios, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas, considerando ainda que este tipo de modelo de contratação está atualmente presente em uma grande parte da administração pública.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Com base em especificações preliminares, o método para estimativa de preços, seguindo as diretrizes dos normativos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), foi a obtenção de preços junto a Plataforma **FONTE DE PREÇOS** e outras compras públicas. Esta pesquisa será preliminar, com vistas a se obter informação prévia da despesa e poderá ser refinada, na elaboração do Termo de Referência, sendo, portanto, aprimorada para efeito de estimativa dos valores de referência para a licitação, cujos documentos de suporte seguirão anexos a este Estudo. O relatório da pesquisa de preços consta anexo a este documento.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - Art. 18 inciso VI da Lei Federal 14.133/2021.

- 10.1 A solução proposta consiste na **aquisição de kits de higiene bucal**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, destinados à utilização em ações de promoção, prevenção e educação em saúde bucal no âmbito do **Programa Saúde na Escola (PSE)**, nas **escolas da rede municipal de ensino**, nas **Unidades Básicas de Saúde** e em **ações comunitárias** promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Curuçá.
- 10.2 O ciclo de vida do objeto inicia-se com a **fase de planejamento**, na qual são identificadas as necessidades da Administração, definidas as especificações técnicas dos kits, estimadas as quantidades e avaliadas as formas mais eficientes de contratação, observando os princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 10.3 Na fase de **aquisição**, a contratação será realizada mediante procedimento licitatório, com critérios objetivos de seleção, assegurando a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Os kits deverão atender às normas sanitárias vigentes, possuir qualidade adequada e estar em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.4 A fase de **recebimento e armazenamento** compreende a entrega dos kits pelo fornecedor contratado, o recebimento provisório e definitivo, a conferência quantitativa e qualitativa dos materiais e o armazenamento em local apropriado, garantindo a integridade, segurança e conservação dos produtos até sua distribuição.
- 10.5 Na etapa de **distribuição e utilização**, os kits serão destinados às escolas municipais, Unidades Básicas de Saúde e ações desenvolvidas junto às comunidades, sendo utilizados em atividades educativas, campanhas de prevenção e ações coletivas de saúde bucal, com acompanhamento e orientação de profissionais da área da saúde.
- 10.6 Quanto à **manutenção e reposição**, o Sistema de Registro de Preços possibilita a aquisição gradual e conforme a necessidade real das ações, evitando desperdícios, vencimentos de produtos e custos desnecessários, além de assegurar a continuidade das atividades ao longo do período de vigência da ata.
- 10.7 Por fim, o ciclo de vida do objeto encerra-se com a **avaliação dos resultados**, por meio do monitoramento das ações realizadas, do controle do uso dos kits distribuídos e da verificação dos benefícios gerados à população, contribuindo para a melhoria contínua das políticas públicas de saúde bucal e para o aperfeiçoamento das futuras contratações.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO - Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

- 11.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

- 11.2.** A escolha da divisão dos produtos em KITS tendo em vista que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
- 11.3.** Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento como forma de garantir a ampla concorrência.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - Art. 18, Inciso IX da Lei Federal 14.133/2021.

- 12.1.** Pretende-se com a formação do registro de preços, obter um mecanismo ágil e seguro para realização de futuras aquisições de forma parcelada e eventual, sem comprometimento da execução orçamentária.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS - Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

- 13.1.** Todas as providências necessárias foram adotadas, com antecedência, além de que com os itens a serem contratados, os quantitativos da presente contratação estão de acordo com as necessidades apresentadas pela Secretaria municipal, visando o bom atendimento as rotinas administrativas, técnicas e setoriais deste município.
- 13.2.** Será necessário disponibilizar espaço físico adicional, caso necessário, para a realização de armazenamento.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES - Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

- 14.1.** Não há outras contratações correlatas ou interdependentes a este ETP.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS - Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

15.1. Quanto à questão dos impactos ambientais, a contratação em tela tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União.

15.2. Os principais impactos ambientais associados à presente contratação são:

- a) Geração de resíduos sólidos decorrentes das embalagens individuais dos kits (plásticos, papelão e outros materiais);
- b) Descarte inadequado de escovas dentais e fios dentais, compostos majoritariamente por materiais plásticos de lenta decomposição;
- c) Impactos ambientais decorrentes do processo produtivo industrial dos itens fornecidos;
- d) Emissão de gases de efeito estufa relacionados ao transporte e logística de distribuição.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

15.3. Para reduzir os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- a) Preferência por produtos com embalagens recicláveis ou biodegradáveis;
- b) Incentivo à utilização de materiais com menor impacto ambiental, quando tecnicamente viável;
- c) Orientação aos beneficiários quanto ao descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados;
- d) Planejamento logístico eficiente, visando à redução de emissões decorrentes do transporte;
- e) Observância, pela contratada, da legislação ambiental vigente aplicável à fabricação, comercialização e transporte dos produtos.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

16.1. Diante de todo o exposto, entende-se que a contratação, por pregão na forma do Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada para atender às necessidades deste município.

17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

17.1. Em relação a viabilidade da contratação, constata-se:

- a)** A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.
- b)** os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão.

17.2. Diante da análise desenvolvida no Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade e competitividade de mercado, como também é economicamente mais vantajoso para a administração.

17.3. Esta equipe de planejamento **DECLARA VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Curuçá (Pa), 12 de Fevereiro de 2026.

Equipe de planejamento:

CESAR DE
CAMPOS
FERREIRA
SARMANHO:572
46041249

Assinado de forma
digital por CESAR DE
CAMPOS FERREIRA
SARMANHO:57246041
249
Dados: 2026.02.12
09:35:28 -03'00'

Secretaria Municipal de Saúde
Cesar de Campos Ferreira Sarmanho



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDO MUNICIPAL
Saúde de Curuçá, POR INTERMÉDIO DO (A)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
.....

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de CURUÇÁ, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURUÇÁ, CNPJ-MF, Nº 11.674.805/0001-37, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) , , e do outro lado _____, CNPJ/CPF _____, com sede na _____, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA À AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO EM AÇÕES DO 'PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA' NAS REDES DE ENSINO MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, PARA ATENDER A NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Itens contratados:

xxx

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$......(.....).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº XX/2026 PMC, na modalidade PREGÃO e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de vigência deste Contrato será de , com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III** - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- V** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI** - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII** - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- VIII** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IX** - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- II** - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária órgão XXXXXXXXXXXXXXXX exercício 2026xxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(oXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANT pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS



ESTADO DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUÇÁ
CNPJ 11.674.805/0001-37

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de CURUÇÁ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

CURUÇÁ - PA, ____/____/____

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____